Peregrinatio, Pecado, Sexualidade e Mentalidade Mercantil

Discutindo o Livro de Antonio Pigafetta sobre a Grande Viagem de Fernão de Magalhães

Ivo Carneiro de Sousa

A investigação histórica acerca dos diferentes significados e realizações da grande expedição marítima de Fernão de Magalhães é, apesar da generosidade de publicações, ainda extremamente deficiente. Os principais debates historiográficos continuam a frequentar excessivamente a própria viagem, discutindo enredadamente as suas cronologias, eventos e personalidades. A aventura oceânica realizada entre 1519 e 1522 recebe mesmo com frequência várias leituras anacrónicas, sendo excitadamente comparada a outras explorações de produção e contexto históricos completamente diferentes, estendendo-se da viagem de circum-navegação de Francis Drake, desde 1580, à histórica chegada à Lua da Apollo XI, passando ainda pelo cruzamento com outras realizações marcantes da economia marítima da Europa do Renascimento como foram as expedições de Cristóvão Colombo, em 1492, e de Vasco da Gama, em 1498. Exteriormente ao tempo e espaço históricos da viagem concreta de Fernão de Magalhães, grande parte da historiografia referencial

continua a persistir numa constelação de explicações essencialistas celebrando a coragem individual, a obstinação ou liderança pessoais em estreita associação com uma recorrente ideia de universal superioridade cultural e científica da inteligência europeia do Renascimento.

Importa, por isso, começar por fixar panoramicamente em termos rigorosos os quatro principais vectores que organizam o contexto epocal preciso da demorada expedição marítima projectada e dirigida pelo navegador p ortuguês: (i) A viagem transoceânica não pode ser investigada fora de um contexto renascimental ibérico que obriga a mobilizar as ferramentas metodológicas especializadas pela moderna historiografia, estendendo-se da história política à história cultural; (ii) A expedição de Fernão de Magalhães decorre num contexto histórico organizando o ponto culminante de uma longa fase fundacional da expansão marítima ibérica que, entre 1492 e 1519, gerou uma competição complexa entre Portugal e a nova Espanha unificada. Neste período, a concorrência ibérica deixa definitivamente de poder resolver-se pela via do afrontamento militar para privilegiar mobilizar renovados investimentos políticos e diplomáticos tanto como conhecimentos elitários ou representações literárias que foram reconstruindo as ideias de soberania em ligação com a circulação de fascinados conceitos imperiais progressivamente integrando um discurso político oficial sobre as respectivas expansões; (iii) A expedição magalhânica é também um paradigma de uma sorte de investimento "global" que se testemunha na dimensão internacional da sua tripulação, congraçando várias proveniências europeias e até asiáticas (é mais do que anacrónico falar em nacionalidades...), nos seus investimentos plurimarítimos originais e, sobretudo, na íntima comunicação entre a ideologia focal da liderança da Europa cristã do Renascimento e a sua missão cultural no processo de construção de um novo conceito de *mundus*, acrescentado por um "novo mundo" que completava a orientação universal dos poderes liderantes dos reinos ibéricos. (iv) Por fim, a viagem mundial que Magalhães nunca completaria não começa ou acaba no restrito âmbito dos seus eventos e cronologia, suscitando uma ampla representação cultural que, responsável por recriar factos, figuras e missões, colabora na especialização de um novo ideário de "descobrimentos", apoiando a prioridade legal da expansão ibérica na competitiva construção posterior de uma ordem colonial europeia.

A grande aventura de Fernão de Magalhães é também, senão mesmo principalmente, a colecção de textos e relatos que posteriza a sua memória cultural. Este processo de construção memorial, fundamentalmente escrito e literário, não é apenas factual, "real" ou "histórico", mas mostra-se também generosamente cultural e ficcional. Trata-se mesmo de um processo de organização da memória que se estrutura em termos literários muito longe dos testemunhos "reais" sociais dos indivíduos e das famílias que, constituindo a parte mais interessada no sucesso da expedição, esperavam o regresso dos membros da longa aventura marítima: quando os derradeiros 18 sobreviventes europeus chegaram a Sevilha, em Setembro de 1522, não se manifestou qualquer entusiasmo particular ou popular, não se organizaram quaisquer festividades ou outras manifestações colectivas de boas-vindas. Os poucos sobreviventes precipitaram-se para as igrejas e confrarias das suas devoções para rezarem quase desesperadamente pelo perdão dos seus pecados. Ao mesmo tempo, as famílias das centenas de tripulantes mortos ou desaparecidos durante a longa viagem começaram um demorado calvário social e judicial exigindo indemnizações e compensações pelas suas dramáticas perdas. A maioria, pertencendo aos grupos sociais "inferiores", acabaria por nunca receber a mínima compensação. Várias décadas depois do fim material da expedição de Magalhães eram muitas as viúvas, filhos e mesmo netos dos seus tripulantes desaparecidos que continuavam à espera de uma indemnização que jamais seria concretizada.[1]

I. *PEREGRINATIO:* A DOS HISTORIADORES E A DA LITERATURA DOS DESCOBRIMENTOS

Fixando ainda mais rigorosamente os contextos históricos que, cumulativamente, ajudam a explicar e a preparar a síntese de estruturas, itinerários e comunicações marítimas concretizada pela demorada exploração magalhânica, rememore-se que, a partir da terceira expedição atlântica de Cristóvão Colombo, a relação estreita entre "descobrimento" e "conquista" com as suas sentidas influências no ordenamento de monarquias ibéricas cada vez mais absolutas torna-se definitivamente associativa em formas políticas e económicas progressivamente justificadas pela

integração também de "direitos" e "acordos internacionais", estendendo-se dos direitos de padroados à assinatura do famoso Tratado de Tordesilhas, em 1494. A viagem de Magalhães permite até fixar um sumário político, geográfico e económico das ordens desta formalização, concluindo em 1519 essa primeira fase de descobrimentos e conquistas ibéricos. Assim, numa primeira grande área de circulação marítima ibérica, a exploração transoceânica conseguiu encerrar o balanço estratégico da continuada produção portuguesa e espanhola de viagens americanas: a expedição de Ojeda e Juan de la Cosa ao longo da costa da *Tierra Firme*; as explorações rumando mais a sul de Yáñez Pizón (1499) e Diego Lopez (1500), identificando as zonas litorais entre o cabo de Santo Agostinho e o grande estuário do Orinoco; uma produção de viagens marítimas em que se deve incluir também a identificação por Cabral do Brasil, imediatamente seguida por outras missões portuguesas; explorações que, com Nuñez Balboa, em 1513, atravessam o istmo da América Central para vislumbrar uma larga extensão marítima baptizada ainda como "Mar do Sul", seguindo os conceitos ptolomaicos dominantes no pensamento geográfico culto do Renascimento. Ao mesmo tempo, debruçando-se sobre outro espaço maior de estratégicos interesses comerciais, a grande expedição de Magalhães associa a estas descobertas americanas a sua densa experiência pessoal dos itinerários marítimos e económicos do Sudeste Asiático, perseguindo a rota das especiarias entre Malaca e as Molucas que o navegador português poderá mesmo ter percorrido originalmente como participante da primeira expedição lusa às "ilhas das especiarias", em 1511-12.[2]

Este cruzamento entre Ocidente e Oriente oceânicos concretiza-se durante a viagem de Fernão de Magalhães seguindo um verdadeiro modelo de *puzzle*: como em qualquer destes tantas vezes irritantes jogos de paciência e atenção, os seus irregulares pedaços possuem a sua própria autonomia e caracteres, geralmente sugeridos pelas pistas das suas cores e muito fragmentários desenhos. Aplicando este modelo à circulação marítima ibérica quinhentista nas Américas e na Ásia mais longínqua, a cor orienta uma possível representação cartográfica dominante a validar entre outras várias pistas falsas e os desenhos oferecem a outra face utilizada tanto para preencher vácuos cartográficos como para simbolizar populações, topografias e floras frequentemente debuxadas em termos ficcionais, mas funcionando como marcadores pontuais na reconstrução da ordem final do espaço. Este ordenamento mobiliza duplamente conhecimentos geográficos empíricos e clássicos, contribuindo para influenciar (mas também deixar-se influenciar...) pelos padrões narrativos da literatura e desenho de viagens. Este modelo em *puzzle* estrutura generosamente, por exemplo, o famoso *Livro de Marinharia* de Francisco Rodrigues e a não menos célebre *Suma Oriental* de Tomé Pires, trabalhos organizados entre 1511 e 1515, cruzando cartografia, inquéritos, experiência, mas também muita informação e representação orais.[3] Rodrigues utiliza no seu inacabado manuscrito os mesmo desenhos de casas tanto para ilustrar "aldeias" dos espaços insulares da Indonésia Oriental como para representar a grande cidade chinesa de Cantão. Tomé Pires segue exactamente a mesma estrutura "monista" para iluminar reinos, produções, populações e tratos, narrativamente apresentados por esta ordem sequencial precisa. A viagem de Magalhães recebe claramente esta herança representacional, mas tenta porfiadamente, muitas vezes de forma tão aventureira como corajosa, unir as peças separadas de um *puzzle* progressivamente mais amplo, propondo mesmo a sua integração planisférica, agitando um *puzzle* global ou, se quisermos, um globalismo agora reunido simbólica e politicamente na poderosa figura universal do verdadeiro patrono e financiador da viagem: o futuro imperador dos velhos e novos mundos, Carlos V.

Irritantemente, as variadas peças deste *puzzle* exibem diferentes características, por vezes tão complexas como indiciárias, desafiando a curiosidade dos historiadores de hoje: não apresentam as nossas cores e as nossas "fotografias", quer dizer, as nossas categorias e conceitos do presente social ou científico. Como uma criança, o historiador actual nem sempre se encontra habilitado com competências suficientes para associar cores, formas e símbolos de complicada gestação epocal. Mais ainda, as peças do *puzzle* não são sempre originais, vendo-se frequentemente substituídas por outras peças mais ou menos concertadas e, por vezes até, por muito modernas representações vazadas nas nossas interpretações historiográficas. Estas particularidades não são, porém, radicalmente diferentes do *puzzle* de conhecimentos marítimos, geográficos e comerciais reunido por Fernão de Magalhães: o grande navegador português nem sempre utilizou informação original e a sua

interpretação dos diversos fragmentos do *puzzle* era muitas vezes alterada pelas coacções do seu próprio equipamento mental ditadas pela sua educação, cortesia, experiência e várias outras peças de prestígio renascimental, incluindo uma demorada frequência de conhecimentos clássicos e mercantis, provavelmente os dois mais importantes pilares da cultura elitista e da praxiologia social da economia política do Renascimento europeu.

O modelo do *puzzle* torna-se mais complicado quando se aplica ao estudo de eventos históricos ditos concretos – como "a" história da viagem de Fernão de Magalhães –, sobretudo porque não nos encontramos absolutamente seguros da "autenticidade" das peças e, mais ainda, das suas conexões materiais e culturais. Em consequência, encontramo-nos permanentemente obrigados não apenas a investigar documentação seleccionada, em geral oficial, mas também a identificar o processo cultural responsável por transformar eventos históricos em lugares da memória: essas estátuas, nomes de ruas, heróis nacionais e figuras populares que, como o Magellan das Filipinas, continuamos a (ab)usar para criar identidades, das identidades culturais e sociais às "imaginadas" identidades nacionais. Visitando, apenas a título de exemplo, os lugares da memória de ruas e praças do Portugal de hoje, descobrimos somente três espaços centrais celebrando o nome de Fernão de Magalhães, respectivamente em Lisboa, Coimbra e Porto. Em Lisboa pode mesmo visitar-se uma estátua do navegador português, mas praticamente ninguém a reconhece erguida como está no meio de uma praça dedicada ao Chile, cuja "descoberta" por Magalhães suscita raras notas de pé de página na bem comportada historiografia portuguesa dos Descobrimentos. Se, em Coimbra, se visita uma rua sem especial significado nas centralidades urbanas, já no Porto percorre-se uma das grandes avenidas da cidade, intimamente ligada ao seu crescimento urbano na década de 1960. No entanto, no debate do Plano Director do Porto, em 1962, várias opiniões de responsáveis municipais com a cúmplice simpatia do presidente camarário da altura sugeriram mudar o nome da avenida, argumentando que Magalhães não era rigorosamente um "herói português", tendo antes "traiçoeiramente" servido a Espanha, pelo que, observando a proximidade do F. C. Porto e o seu, à época, magnífico estádio das Antas, inaugurado festivamente em 1952, era necessário pensar numa toponímia mais "portuguesa e desportiva".[4] A avenida resistiu e, ontem como hoje, continua a ligar-se (sabe-se lá porque traiçoeira "sugestão espanhola"...) à Praça Velasquez.

A viagem marítima dirigida por Fernão de Magalhães documenta-se e celebra-se através de outro tipo de monumentos memoriais. Chegaram até nós as notas do tripulante grego Francisco Albo, dois roteiros anónimos, o testemunho de Martin de Ayamonte, o pequeno texto de Gines de Mafra, as cartas do último capitão da grande aventura, Juan Sebastián Elcano, as missivas de António Brito e Maximiliano da Transilvânia. Depois, seguindo-se já numa ordem de construção oficial historiográfica, as passagens referenciais de Pedro Mártir de Angleria e uma progressiva fixação memorial, duplamente, nas principais crónicas da expansão lusitana e, sobretudo, na demorada geração de *Historias Generais de la India* de Gonzalo Fernandez de Oviedo, Francisco Lopez Gomara, incluindo as colecções documentais reunidas por Martin Fernandez de Navarrete.[5] Apesar desta generosa prole, as principais ideias e representações da aventura de Magalhães instaladas no coração da nossa própria memória cultural e historiográfica são dádiva de um livro tão primorosamente escrito como sempre fascinante: a "crónica" que Antonio Pigafetta, aventureiro, curioso e testemunha italiana da expedição, redigiu sobre a "primeira viagem à volta do mundo".[6]

Recorde-se que, no final de 1522, Juan Sebastián Elcano ofereceu em Valladolid a Carlos V, em audiência solene, uma relação detalhada da expedição, sendo acompanhado pelo grego Francisco Albo e pelo barbeiro da *Concepción,* Hernando Bustamante. Pigafetta viu-se afastado desta reunião fundamental.[7] Depois de um rigoroso inquérito feito junto de todos os sobreviventes, Elcano acabaria por ser oficialmente recompensado com uma pensão importante de 500 ducados de ouro, um título de nobreza e o direito a usar brasão, mostrando um globo com a divisa *Primus circumdedisti me* (Foste o primeiro a circum-navegar-me). Mais tarde, Elcano foi nomeado pelo imperador para participar nas negociações luso-espanholas de Elvas e Badajoz, durante 1524, encerradas sem alcançarem um acordo ibérico acerca da situação das Molucas no quadro das zonas de influência do famoso Tratado de Tordesilhas. A seguir, Sebastián Elcano é nomeado piloto-mor da grande expedição marítima comandada por Francisco Garcia Jofre de Loaisa, partindo a 24 de Julho de 1525 de La Coruña rumo às especiarias das

A PRIMEIRA VIAGEM HISTÓRICA DA GLOBALIZAÇÃO

Juan Sebastián Elcano, Gravura do século XVIII (Biblioteca da Catalunha, Barcelona). *In* Isabel de Riquer, ed., Antonio Pigafetta, *El primer viaje alredor del mundo,* Barcelona: Ediciones B, 1999.

Molucas através do estreito de Magalhães: sete navios, 450 homens, incluindo alguns sobreviventes da primeira volta ao mundo, tendo Elcano encontrado o destino da maioria dos seus anteriores companheiros da grande aventura: morreu nas costas da Malásia em 1526.[8]

Antonio Pigafetta tentou também, à semelhança de Elcano, presentear Carlos V com as suas memórias escritas da aventura de Magalhães. Reproduzindo as suas palavras, o sobrevivente italiano decidiu oferecer ao monarca "não ouro ou prata, mas qualquer coisa ainda mais preciosa para aquele Senhor [...], oferecí--lhe um livro escrito pelas minhas próprias mãos narrando tudo o que se tinha passado dia a dia durante a viagem".[253] A este encontro assistiu também o secretário privado do monarca, Maximiliano da Transilvânia, o qual reportou esta audiência em carta datada de 21 de Outubro de 1521 remetida ao cardeal de Salzburg. Em rigor, este é o primeiro documento de circulação europeia divulgando notícias da viagem de Magalhães e Elcano, uma dupla identificação que a chancelaria imperial haveria de privilegiar nos anos seguintes. Esta carta foi rapidamente publicada em latim com o título *De Moluccis Insulis Epistola.*[9] O manuscrito oferecido a Carlos V por Antonio Pigafetta, talvez incluindo desenhos e mapas, foi originalmente consultado pelo milanês Pedro Martir de Angleria (c. 1455-1526) que o remeteu ao Papa, depois de corrigir a sua redacção, mas esta versão perdeu-se completamente durante o dramático saque de Roma, em 1527.[10]

A entrevista entre Pigaffeta e Carlos V não foi bem sucedida, pelo que o cronista italiano não recolheu a mínima compensação. Decidiu, de imediato, visitar o rei de Portugal, D. João III, explicando a uma restrita audiência política da confiança do monarca todos os detalhes da viagem que tinha vividamente testemunhado. De novo, nem recompensa nem qualquer interesse pelo financiamento da publicação das suas memórias. Antonio Pigafetta visitou, depois, Maria Luísa de Sabóia, regente de França, dando-lhe varios presentes que, entre plantas, "artesanatos" e desenhos, tinha recolhido nos diferentes territórios percorridos ao longo da sua aventura, mas sem ter conseguido mobilizar qualquer interesse especial para a preparação da edição da sua obra memorial. Regressando a Itália, em 1523, hospedado pela corte de Mântua, Pigafetta decidiu reescrever em livro cuidado as suas pormenorizadas notas de viagem, procurando criar uma obra-prima capaz de lhe granjear fama ou, pelo menos, algum conforto para os anos vindouros. Alargando esta verdadeira peregrinação intelectual em busca de um mecenas, o aventureiro italiano foi favoravelmente acolhido pela aristocracia de Veneza que, ávida de notícias dos mundos das especiarias orientais, decidiu financiar uma versão impressa da sua agora expedição literária. Infelizmente, esta relação mecenática dissolveu-se, vendo-se Pigafetta forçado a dirigir-se a Roma, conseguindo em Monterosi abrigar-se debaixo da protecção do Mestre da Ordem de Rodes, sendo convidado a concluir a sua obra e a aceitar um título de cavaleiro da prestigiada companhia religiosa militar. Finalmente, o cronista italiano regressou a Veneza com uma autorização para imprimir o seu livro, acabado em 1530 para começar por sobreviver em várias tradições e cópias manuscritas.[11]

Na introdução à sua obra, Pigafetta conta a extraordinária "viagem ao longo do grande Oceano", o Pacífico, mas preferindo destacar a sua experiência e impressões pessoais, organizando igualmente um amplo programa de *imitatio* da moderna literatura difundida por cronistas e descobridores dos Novos Mundos. Esta opção passa a ser definitivamente colocada no coração da sua narrativa escrita já não apenas sobre a viagem de Magalhães, mas sobretudo sobre a sua participação e celebração de uma aventura agora intitulada categoricamente ao "novo mundo". A imitação de tópicos, retóricas e imagens literárias segue os temas e tipo de eventos reunidos, primeiramente, pela compilação *Paesi novamente retrovati e Novo Mondo,* editada com generoso acolhimento público por Fracanzio da Montalboldo, impressa em 1507 na cidade natal de Pigafetta, Vicenza.[12] Como se sabe, esta colectânea era basicamente cerzida por uma generosa reunião de crónicas portuguesas e espanholas dos descobrimentos, incluindo a informação anónima sobre a viagem de Pedro Álvares Cabral e o famoso *Mundus Novus* de Amerigo Vespucci, as duas principais fontes que, entre ficção e representação, orientaram o sistema narrativo e a ordem da descrição renascimental das sociedades e populações da América do Sul.[13] Estas descrições são absolutamente cruciais na economia literária da memória de Pigafetta, especializando a estrutura narrativa da alteridade cultural, começando pelo retrato sexual e concluindo-se através de considerações religiosas sobre as "superstições" locais e

comportamentos sociais. Podemos mesmo encontar esta sequência nas principais informações e cartas sobre a viagem de Fernão de Magalhães, o que constitui provavelmente um indicador acerca da partilha de leituras e legendas orais pelos participantes na expedição.

A seguir, Antonio Pigafetta utilizou também na sua obra um livro transportado e comentado pelo próprio Magalhães, publicado por Ramusio em 1550, correspondendo em termos gerais às informações reunidas sobre o mundo asiático por Duarte Barbosa (1480-1521) em obra que, concluída cerca de 1515, ficaria conhecida por *Livro do que viu e ouviu no Oriente*.[14] O cronista apresenta ainda um conhecimento suficiente de um "género" literário frequentado nos meios italianos como *isolario*[15] – livros sobre ilhas outras entre fantasia e descoberta –, cerzindo com estas intertextualidades um discurso literário compósito, representando uma assumida associação entre epistolografia, apontamentos de viagem e crónica, seguindo, ainda que com distâncias e recriações complexas, os paradigmas dos textos memoriais de descobrimentos de Colombo e Vespucci. Mais do que um género encerrado e formalizado, este discurso narrativo convidava também a organizar um diário de bordo, a reunir informação náutica e a fixar uma cronologia balizada pela ordem do calendário canónico, tudo concorrendo para oferecer um *argumentum veritatis* baseado no seu testemunho pessoal – "Eu vi" –, depois autorizando explicações pautadas por comparações culturais de inevitável sabor etnocêntrico. Este discurso literário muito específico, frequentemente caracterizado de forma errada como "moderno", mistura constantemente informação paraetnográfica e paralinguística recolhida localmente, mas quase sempre fragmentária e excessivamente "colorida", sublinhando algumas leituras e imaginação muita, seguindo mesmo por vezes a fórmula: "Eu não vi, mas disseram-me...". Por fim, descobre-se um texto literário mobilizando muitas referências autobiográficas ampliando a experiência do narrador, medos e façanhas tanto como comentários pessoais, gostos e, já que estas viagens eram sempre colectivas, diferentes distribuições de simpatia e ódio pelos outros companheiros de aventura. A consequência praticamente normativa é que todas estas crónicas (ou será mesmo "literatura"?) de viagens de descobrimentos aos "novos mundos" são diferentes apesar de partilharem um *corpus* comum de leituras clássicas, renascentistas e "modernas". O livro de Pigafetta é, por isso, uma memória original e peculiar.

II. A PEREGRINAÇÃO LITERÁRIA DE ANTONIO PIGAFETTA

Para investigarmos estas complicadas especificidades e originalidades temos de começar por ter presente que, em rigor, Antonio Pigafetta escreveu dois livros diferentes. Um é um jornal diário da expedição marítima, escrito, como ele próprio explicou, *ogni giorno,* sem quaisquer hiatos. Este diário foi oferecido a Carlos V e tornou-se um testemunho político, uma peça crucial do processo da viagem. O livro que conhecemos e celebramos actualmente é outro, resultando de um complexo movimento de ajustamentos entre apontamentos diários, memória pessoal e adaptação ao gosto aristocrático e cortesão do seu potencial público e financiadores. Este livro mais especializado organiza parte importante da sua ordem narrativa e metodologia de escrita avisado pela muita prestigiada literatura de espiritualidade conhecida como "peregrinação". Ancorada ainda a influências clássicas, esta era a tradição medieval e renascentista usada para iluminar uma viagem pessoal que perseguia a perfeição moral e espiritual através de uma dramática e perigosa peregrinação. A opção pelo formato narrativo e as estratégias éticas da *peregrinatio* pode mesmo vincular-se ao mecenato da Ordem de Rodes ou até à continuada procura de uma audiência papal tentada por Pigafetta. Trata-se igualmente de um campo literário adequado à busca de um público italiano renascentista elitário capaz de assegurar com sucesso o consumo da obra impressa: 80% dos livros saídos dos prelos europeus do século XVI estavam, como se sabe, relacionados com temas religiosos e espirituais. Ao compor o seu texto como uma "peregrinação", Pigafetta foi forçado a seguir muitas das regras e tópicos próprios do género: uma longa viagem, estranha e dramática, estruturada em torno de *locis* extraordinários e figuras morais exemplares. A principal figura moral do seu recriado texto é o próprio Fernão de Magalhães, cuidadosamente retratado não apenas como um herói, mas como um paradigma ético, capaz até de pregar, rezar e catequizar ao longo dos *locis* estranhos, "selvagens", visitados. Na ilha de Cebu, por exemplo, depois de numerosas conversões cristãs, Magalhães conseguiu mesmo concretizar um milagre: face à grave enfermidade

Ilha dos Ladrões. Desenho proveniente de um manuscrito da Biblioteca Ambrosiana, Milão, *in* Isabel de Riquer, ed., Antonio Pigafetta, *El primer viaje alredor del mundo*, Barcelona: Ediciones B, 1999.

do irmão do rei local, o grande capitão convidou solenemente a população índigena a destruir os seus ídolos e, após uma sentida procissão católica, tocou o perdido doente que, incapaz de falar e andar, se curou imediatamente.[152] Em contraste, os outros, incluindo os companheiros mais próximos de Magalhães, são pecadores, ambiciosos, alguns são mesmo traidores, mas o herói moral mostra-se suficientemente forte e corajoso para ultrapassar todas as dificuldades com uma única excepção definitiva: a sua própria trágica morte.

Cercado por centenas de indígenas hostis na pequena ilha de Mactan, Fernão de Magalhães é morto como um novo S. Sebastião: dezenas de setas e lanças cravam-se no seu corpo, das pernas aos braços, da cabeça ao coração. Transforma-se agora numa sorte de santo cavaleiro, movendo-se e voltando-se em agonia para ter a certeza que parte dos seus companheiros se conseguia salvar. Pigafetta amplia este martírio também "literário" com propositadas categorias cultuais: "o capitão caiu com o rosto na terra e rapidamente lançaram-se contra ele com lanças de ferro e de cana e com aqueles terçados tão grandes até matar o espelho, a luz, o consolo e o nosso verdadeiro guia".[159]

Apesar do contraste ideológico, a interpretação da morte de Magalhães que se descobre normativamente em grande parte da moderna historiografia filipina tanto como em lugares da memória ou modernos museus[16] oferece um outro interessante caso de recriação imaginada: longe do contexto e até da ordem dos eventos epocais, a morte de Magalhães às mãos de um combativo líder político local, Lapu-Lapu, apresenta-se como um sucesso fundador da resistência "nacional" à invasão colonial, uma sorte de primeira etapa na construção de uma "nação filipina" contra a agressão do colonialismo espanhol, pelo que os diferentes lugares da memória do agora grande arquipélago independente passaram, em Mactan ou no belíssimo parque José Rizal de Manila, a vigiar as velhas estátuas de Fernão de Magalhães disseminadas durante o período colonial com a imponente invenção de atléticas estátuas do "rei" Lapu-Lapu.

Em contraste, a "peregrinação" era no mundo cultivado cristão europeu dos finais da Idade Média e do Renascimento um género literário com fundas pretensões de rigor e didactismo, obras extremamente selectivas, recriando o tempo e o espaço, os indivíduos e os grupos sociais subsumidos diante da iluminação superior do mártir ou do paradigma moral, neste caso concreto da obra de Pigafetta obrigando até a atirar para as sombras a movimentação dos outros capitães da expedição magalhânica, como o sobrevivente Elcano ou, pior ainda, o português João Carvalho.[17] Seguindo esta ordem da "peregrinação" literária, após a morte de Magalhães, o livro do viajante italiano transforma a expedição em viagem fantasma, praticamente perecendo também, porque definitivamente incapaz de oferecer os *topos* éticos e exemplares que a narrativa anterior havia cuidadosamente elevado. Não é necessário seguir e discutir demoradamente a criativa prosa de Pigafetta para se identificar o programa literário geral e a estrutura das estratégias retóricas da sua grande obra. Estas opções encontram-se *ab initio* programática e normativamente apresentadas no arranjado prólogo do livro, certamente composto depois de concluída a escrita geral da obra: o autor italiano começa por destacar "as grandes e admiráveis coisas que Deus me concedeu"[72] durante a viagem, prometendo escrever sobre a sua "longa e perigosa navegação"[72], seguindo e fixando as memórias de todas as suas "vigílias, fadigas e peregrinações" [73-74]. Nesta derradeira palavra reside todo um programa memorial literário e ideológico: uma *peregrinatio.*

III. A FÉ E O PECADO

As opções morais e espirituais exemplares impostas pela peregrinação geravam um complexo, mas importante, movimento de auto-censura mobilizado voluntariamente pelo autor para silenciar vários temas polémicos, como, entre vários outros, as práticas homossexuais recorrentes entre a tripulação europeia, o rapto violento de mulheres autóctones, os roubos frequentes, as rivalidades muitas, os motins, os *complots,* o duro autoritarismo de Magalhães e uma demorada lista de "pecados" colectivos mais do que infamantes. Contrastando com as tensões e afrontamentos constantes entre a tripulação, o cuidado livro de Pigafetta prefere representar as diferentes populações locais visitadas ao longo da expedição, da América do Sul ao Sudeste Asiático, como uma paradigma de pureza e ingenuidade. Em rigor, mesmo os comportamentos mais "estranhos" destes outros comparecem descritos na "peregrinação" de Pigafetta sem especial criticismo. Desde a paisagem até à nudez dos diferentes indígenas, o livro organiza uma contribuição importante para a construção do tópico futuro do "bom selvagem", recuperando mesmo a sentença dedicada por Vespucci às terras do Brasil: "se o paraíso terreal fica em algum lado deve ser aqui".[18] Mais ainda, um tema tão radicalmente dramático, mas também sugestivo, para os leitores cultos europeus como o canibalismo é visitado na "peregrinação" de Pigafetta enquanto um costume ritual local ("comem carne humana, a dos seus inimigos, não porque seja boa mas por certo costume"[84]) ou até uma espécie

de receita de *nouvelle cuisine:* descrevendo a dieta dos habitantes do Norte de Mindanao, os *manobi,* o viajante italiano esclarece que "apenas comem corações humanos crus com sumo de laranja ou limão".[188]

A "peregrinação" narrativa e exemplar de Pigafetta é também, senão principalmente, um demorado itinerário de imposição e celebração da fé cristã, afinal o único factor capaz de verdadeiramente "civilizar" ingenuidades e alteridades das populações locais rendidas às mais estranhas superstições, mas também factor político fundamental na concretização de alianças e prefiguração de direitos de padroado cruciais para a ordem da legitimação das pretensões de Carlos V nas regiões insulares do Sudeste Asiático entre as Molucas e as Filipinas. Guiada pela superioridade moral e pela exemplaridade radical do grande capitão, Fernão de Magalhães, a expedição europeia foi capaz de plantar a fé e mobilizar o entusiamo dos indígenas. Assim, ainda entre as populações índias do Brasil, foi possível "celebrar missa duas vezes. Produzia grande prazer ver esta gente de joelhos, levantando as mãos ao céu com grande arrependimento".[87] Magalhães comparece mesmo descrito com circular frequência como uma sorte de "apóstolo" ou um admirável "catequista": em plena corte do rei de Cebu "o capitão explicou-lhes então que Deus fez o Céu, a Terra, o mar e todas as outras coisas e também ordenou que se honrasse o Pai e a Mãe e o que o não fizesse seria condenado ao fogo eterno. E que todos descendíamos de Adão e Eva, nossos primeiros pais, e que tínhamos uma alma imortal, assim como muitas outras coisas relativas à Fé".[139-140] Depois de abraçaram esta nova fé, as populações costeiras cebuanas eram naturalmente convidadas a comparticipar em actividades cultuais colectivas, redefinindo mesmo as suas estruturas de organização e centralização do espaço local, agora narrado recriativamente com as categorias espaciais e os símbolos da "cidade cristã" europeia. Por isso, os próprios habitantes locais, já convertidos à fidelidade a um cristianismo pacientemente ensinado por Magalhães, "levantaram uma cruz muito grande no meio da praça e o capitão disse-lhes que caso quisessem fazer-se cristãos, como haviam dito uns dias antes, deveriam queimar os ídolos e, em seu lugar, levantar uma cruz e cada dia adorá-la com as mãos juntas e cada manhã resignar-se, ensinando-lhes como se fazia. Cada hora, pelo menos de manhã, deveriam aproximar-se da Cruz e adorá-la de joelhos e tudo o que haviam prometido deveriam confirmar com boas obras".[147] Apesar da exemplaridade tópica da descrição, a arranjada prosa de Pigafetta não deixa escapar a funda vinculação das populações locais aos seus comportamentos e símbolos religiosos tradicionais, destacando-se novamente a palavra quase sacerdotal e parenética exemplar do grande capitão que, "vestido de branco para lhes demonstrar a sua sincera amizade", depois de uma verdadeira lição catequética, conseguiu concretizar a solene conversão pelo baptismo do *rajah* Sarripada Hamabon de Cebu. Magalhães "tomou pela mão o rei e levou-o até à tribuna para o baptizar; deu-lhe o nome de Carlos como o imperador, seu senhor." [147] Uma belíssima descrição, recordando a importância simbólica deste poder de renomear que, começando por "baptizar" estas ilhas de S. Lázaro, procedia agora à renomeação cristã da corte do rei de Cebu, decidindo Magalhães que "o príncipe se chamaria Fernando, como o irmão do imperador; o rei de Mazava, João e um dos homens principais, Fernando, que era o nome do nosso capitão, e o mouro, Cristóvão. E foi dando aos demais outros nomes. Antes da missa foram baptizados quinhentos homens".[147-148] O mesmo movimento de renomeação estende-se, depois, à rainha e outros membros femininos da corte local atraídos também pela curiosidade de várias peças de arte sacra cristã. Neste caso, é o próprio Pigafetta que exibe à rainha local "uma imagem de Nossa Senhora, um menino Jesus de madeira muito belo e uma cruz. Diante destas imagens a rainha enterneceu-se muito e, entre lágrimas, pediu o baptismo. Demos-lhe o nome de Joana, como a mãe do imperador; a mulher do príncipe, Catarina e a reina de Mazava, Isabel e a cada uma das outras mulheres um nome diferente".[148]

A economia exemplar do afrontamento entre fé e pecado na comunicação e, depois, conversão das diferentes populações visitadas pela viagem magalhânica encontra na sexualidade um dos seus temas tanto mais coloridos quanto carregado de oportunidades para sublinhar lições morais. Nas regiões da Patagónia frequentadas durante vários meses pela expedição, entre aguadas, busca de mantimentos e alguns confrontos, Pigafetta prefere destacar a dimensão dos peitos das mulheres: "são largos como meio braço". [92] Ao mesmo tempo, o "selvagem" espaço sul-americano mostra-se tema oportuno para identificar a agressão sexual dos viajantes europeus com as suas consequências nas primeiras produções de

populações "mestiças". João de Carvalho, que havia visitado o Brasil ainda antes da viagem de Magalhães, conseguiu encontrar depois de 10 ou 11 anos a mulher com quem tinha mantido contactos sexuais e o filho fruto desta relação que haveria de abandonar na ilha de Bornéu. [85, 181]

Em termos gerais, a sexualidade dos diferentes outros visitados ou confrontados aparece cuidadosamente descrita como primitivismo e naturalismo, comportamentos quase "naturais" e justificados pela sua completa ignorância dos valores mais fundamentais da moral e sociabilidade cristãs. Por isso, em duro contraste, sempre que se concretiza a comunicação sexual entre os tripulantes europeus e as mulheres locais, a narrativa transforma estes casos em tema apropriado para destacar tanto a oposição entre a modéstia e a vergonha ou, ainda mais profundamente, entre a honra, centralizada no exemplo maior de vida e virtudes de Fernão de Magalhães, e a vergonha, quase cobrindo os pecados e infâmias muitas dos outros participantes na grande expedição. A honra, a modéstia e até mesmo a discrição marcam o comportamento exemplar de Magalhães face à "provocação" sexual da mulher local: "uma jovem muito bela veio um dia à nau do capitão onde eu estava para oferecer-se e obter algum presente. Estando à espera olhou para dentro do camarote do contramestre e viu um prego maior do que um dedo, recolheu-o e com graça e naturalidade introduziu-o entre os lábios da vagina e rapidamente desapareceu. Isto só foi visto por mim e pelo capitão".[87] Somando à ampla colecção de virtudes cristãs do grande capitão esta vigilância da moral sexual, Pigafetta silenciou a brutal condenação à morte do contramestre italiano da *Victoria,* decidida por Magalhães sob a acusação de sodomia com outro italiano, um jovem grumete que haveria de se suicidar, afogando-se no mar por não suportar o escárnio da tripulação.[19] Mas já sabemos que, para as estratégias exemplares e didácticas da "peregrinação" cuidadosamente escrita por Pigafetta, o herói moral, o mártir, é Fernão de Magalhães, pelo que todo o seu duro autoritarismo e frequentes brutalidades são completamente ocultadas.

Em contraste, a ingenuidade quase complacente da sexualidade do outro comparece, por vezes, matizada pela ordem social local. Apesar de se interessar escassamente pela indagação e posterior descrição narrativa de sociedades, afinal, organizadas e com sistemas de valores complexos, Pigafetta não deixa de sublinhar com alguma admiração o "modelo" matrimonial que, sugerindo também um sistema familiar, moral e sexual, parecia descobrir entre as relações familiares das populações do Brasil que, "em troca de um machado ou de uma faca grande ofereciam-nos uma ou duas das suas filhas como escravas, mas nunca ofereciam as suas mulheres. Disseram-nos que, por nada deste mundo, envergonhariam os seus maridos e nunca se entregavam a eles durante o dia, apenas de noite". [86]

Seja como for, estas generosas incursões oferecendo descrições "doces" do corpo e da sexualidade indígenas geram um importante movimento de categorização moral, concretizando uma permanente tensão entre a honra e a vergonha que, já nos finais do livro de Pigafetta, concorre mesmo para explicar a desgraça do sucessor português no comando da derradeira conclusão da viagem: "E estando carregadas para partir as ditas duas naus, uma delas, de que era capitão o Carvalho por morte de Fernão de Magalhães, por o dito Carvalho dormir com umas escravas que levavam para Castela, e por dizer que vinha descobrir Borneu para o rei de Portugal, o prenderam em ferros e fizeram Espinoza, alguazil, capitão da nau".[20]

Apesar desta cuidadosa ordem exemplar da sua "peregrinação", a obra de Pigafetta não deixa de sublinhar fragmentariamente uma das dimensões mais censuradas, mas

Monumento a Lapu-Lapu na cidade com o mesmo nome na ilha de Mactan, Filipinas.

socialmente mais atractiva, na mobilização dos tripulantes europeus da grande viagem de Magalhães: a chã esperança em enriquecer. Entre perspectivas morais, lições de coragem, celebração de conversões religiosas e expiação de castigos, não nos deixemos, ontem como hoje, deixar excessivamente fascinar pelas arranjadas estratégias literárias e didácticas do autor italiano. As mais de duas centenas de homens que se reuniram em torno de Fernão de Magalhães perseguiam também objectivos bem terrenos e humanos, esperando encontrar nas Molucas o quinhão de especiarias que lhes permitisse poderem vir a viver mais do que confortavelmente. O mesmo esperaram sem sucesso a maior parte das suas famílias. Mais do que a honra cavaleiresca ou as lições de catequese, estes homens mobilizaram-se seguindo uma das mais dominantes mentalidades sociais da Europa do Renascimento, essa *mens mercatori* capaz de transformar em riqueza e proeminência social os sonhos do trato e das oportunidades comerciais mais longínquas. Aqui e ali, no interior de outras descrições e temas, esta mentalidade mercantil vai aflorando, como nesta cuidada contabilidade das vantagens em intercambiar com as "ingénuas" populações ameríndias: "por um anzol ou uma faca deram-nos cinco ou seis galinhas; por um pente, dois gansos; por um espelho ou um par de tesouras, o peixe suficiente para dar de comer a dez pessoas; por uns guizos ou um cordão de sapatos, um cesto de batatas. Estas batatas sabem como as castanhas e são grandes como os nabos. Por um naipe com o rei de ouros deram-me seis galinhas e ainda acreditaram ter-me enganado".[83] Estes tratos chegaram mesmo a concretizar lucrativos intercâmbios de ouro quando a expedição se instalou em Cebu. Perseguindo tratos mais do que favoráveis, a exausta tripulação decidiu mostrar "a estes indígenas o armazém repleto das nossas mercadorias, o que lhes causou grande admiração. Davam-nos ouro em troca de objectos de ferro, de bronze e outros metais de grande tamanho. Pelos pequenos davam-nos arroz, porcos, cabras e outros víveres". [145] Uma descrição que chega a incluir criteriosas contabilidades mercantis que, vazadas em lucros pingues, deveriam estar presentes nos objectivos de identificação comercial da expedição e inscritas nos sonhos de muitos dos seus tripulantes: "chegaram-nos a dar por catorze libras de ferro dez peças de ouro que cada uma valia um ducado e meio, pelo menos". [145] Este mesmo rigor contabilístico comercial organiza a descrição dos tratos finalmente realizados pelos restos da expedição, em Novembro de 1521, na ilha de Tidore, denunciando a larga experiência mercantil local: "O rei mandou construir em apenas um dia um coberto para as nossas mercadorias. Levamos-lhe quase todas e pusemos três dos nossos homens a guardá-las e, em seguida, começamos os tratos. Estabeleceram-se deste modo: por dez braças de pano vermelho muito bom davam-nos um *bahar*[21] de cravo, o que equivale a quatro quintais e seis libras (um quintal tem cem libras); por quinze braças de pano não muito bom, um *bahar;* por quinze machados, um *bahar;* por trinta e cinco vasos de vidro (o rei ficou com todos), um *bahar;* por dezassete *cathiles* de cinábrio, um *bahar;* por dezassete *cathiles* de mercúrio, um *bahar;* por vinte e seis braças de tela, um *bahar;* por vinte e cinco braças de outra tela mais fina, um *bahar;* por cento e cinquenta facas, um *bahar;* por cinquenta pares de tesouras, um *bahar;* por quarenta barretes, um *bahar;* por des telas de Gujarate[22], um *bahar;* por três timbales dos seus dos seus, um *bahar;* e por um quintal de cobre, um *bahar*". [198] Um movimento de intercâmbios comerciais extremamente lucrativo que terminaria, antes da partida de Tidore das duas derradeiras embarcações europeias, a *Victoria* e a *Trinidad,* por verdadeiramente precipitar todos os últimos sobreviventes em desesperadas compras dos seus próprios quinhões das ricas especiarias das Molucas: "compramos grande quantidade de cravo tanto na cidade como aos barcos. Por quatro braças de seda de Frísia davam-nos um *bahar* de cravo; por duas pequenas cadeias de latão que valiam um *marcelo*[23] deram-nos cem libras de cravo. Como, no final, já não tínhamos mais mercadorias, cada um começou a vender a sua própria capa, os sapatos ou a camisa e outras roupas de vestir para obterem a sua parte no carregamento". [209]

No entanto, mesmo no interior destes lucrativos tratos fundamentais na ordem económica e social da grande viagem, volta a interferir a prudência e a exemplaridade moral de Magalhães: "O capitão-geral não quis que recolhessemos demasiado ouro, porque alguns marinheiros dariam tudo o que possuíam por muito pouca quantidade e o nosso comércio acabar--se-ia para sempre".[145] Desaparecido o grande capitão e o seu brutal controlo da complexa sociedade e "tipos" sociais contrastantes reunidos para a sua grande expedição, mesmo sem a ajuda narrativa da "peregrinação" de Antonio Pigafetta, a ordem da viagem

passou a ser dominada por ricos tratos colectivos e individuais das procuradas especiarias das Molucas, afinal o verdadeiro lugar demandado pela longa navegação sonhada por Fernão de Magalhães. Chegada a Sevilha, a 8 de Setembro de 1522, a última das quatro embarcações da grande aventura marítima, a *Victoria,* capitaneada pelo basco Juan Sebastián Elcano, transportava apenas 18 sobreviventes – talvez também alguns escravos asiáticos –, mas vinha carregada de especiarias que, depois de lucrativamente vendidas, cobriram completamente os gastos da viagem: 23 556 kg de cravo comprados por 7 888 634 *maravedis,* enquanto a carga de canela, noz moscada e maça conseguiu ainda render 65 000 *maravedis*.[24] A peregrinação de Pigafetta havia também chegado ao fim. No seu pensado livro, vendas e lucros são silenciados, antes se recordando conclusivamente a formidável aventura da "volta completa ao mundo, de levante a poente" [252] e, sobretudo, a imediata expiação pelos muitos pecados cometidos durante a demorada viagem. A peregrinação acabou com os sobreviventes "em camisa e descalços, fomos todos com uma vela na mão a *Santa María de la Victoria* e a *Santa María de la Antigua*". [253] RC

NOTAS

1 Laurence Bergreen, *Over the Edge of the World. Magellan's terrifying circum-navigation of the Globe.* London: Harper Collins Publishers, 2003, pp. 391-410.

2 Fernando Oliveira, *The Voyage of Ferdinand Magellan.* Manila: National Historical Institute, 2002, p. 59.

3 *A Suma Oriental de Tomé Pires e o Livro de Francisco Rodrigues* (ed. Armando Cortesão). Coimbra: Acta Universitatis Conimbrigensis, 1978.

4 Arquivo Histórico Municipal do Porto (AHMP), Actas das Sessões da Câmara Municipal do Porto, A-118, 1962, IX, 223.

5 A. Teixeira da Mota (ed.), *A Viagem de Fernão de Magalhães e a Questão das Molucas*. Lisboa: Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1975; Neves Águas (ed.), *Fernão de Magalhães. A Primeira Viagem à Volta do Mundo Contada Pelos que nela Participaram*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1987; Visconde de Lagoa, *Fernão de Magalhães*, 2 vols. Lisboa: Seara Nova, 1938; Queirós Veloso, *Fernão de Magalhães: A Vida e a Viagem*. Lisboa: Editorial Império, 1941.

6 Seguimos esta edição: Antonio Pigafetta, *El primer viaje alredor del mundo,* (ed. de Isabel de Riquer). Barcelona: Ediciones B, 1999. As citações do texto serão indicadas entre parêntesis rectos [ ].

7 Resumimos Isabel de Riquer, in Pigafetta, *ob. cit.,* p. 9-68.

8 Riquer, p. 26.

9 Neves Águas, pp. 259-286.

10 Riquer, pp. 61-62.

11 Riquer, pp. 29-30. A primeira edição impressa do relato de Pigafetta foi publicada em Paris pelo livreiro Simone Colines, sem data, provavelmente antes de 1536, oferecendo o demorado e atractivo título *Le voyage et navigation faict par les Espagnolz es isles de Mollucques, des isles quilz ont trouvé audict voyage, des roys d'icelles, de leur gouvernement et manière de vivre, avec plusieurs autres choses.*

12 Boies Penrose, *Travel and Discovery in the Renaissance (1420-1620).* New York: Atheneum, 1962.

13 Juan Gil, *Mitos y utopías del Descubrimiento. I – Colón y su tiempo.* Madrid: Alianza Universidad, 1989.

14 Duarte Barbosa, *Livro em que dá relação do que viu e ouviu no Oriente* (intr. e notas de Augusto Reis Machado. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1946.

15 Resil B. Mojares, *Waiting for Marian Makiling. Essays in Philippine Cultural History.* Manila: Ateneo de Manila University Press, 2002, pp. 23-24.

16 Visite-se, entre outros exemplos, os sumário visuais e didácticos da história geral das Filipinas que, da pré-história aos nossos dias, se oferecem no Museu Nacional de Manila ou no Museu de História Política do Instituto Nacional de História das Filipinas, também na capital do país. Os painéis dedicados à morte de Magalhães debuxam vários europeus e guerreiros locais lutando na "baía" de Mactan, vendo-se os invasores ser mortos ou afogarem-se. Descobre-se uma representação anacrónica e exterior à ordem factual epocal de um afrontamento que assentou na organização, sob a direcção de Fernão de Magalhães, de uma "razia", a principal estratégia militar que a nobreza cavaleiresca portuguesa utilizava desde as primeiras décadas do século XV nos ataques aos presídios em Marrocos e que o próprio grande capitão experimentou durante a sua participação na batalha pela posse de Malaca e, depois, de Azamor. Trata-se de ataques terrestres violentos, implacáveis, destruindo completamente estruturas, equipamentos e pessoal considerado "inimigo" sem poupar populações, habitações e produções económicas locais.

17 João de Carvalho era um experimentado navegador português, participante em várias expedições com destaque para as explorações de João de Lisboa, em 1511, às costas sul-americanas. Foi recrutado para a grande viagem dirigida por Fernão de Magalhães como primeiro piloto da *Concepción.* Depois da morte de Magalhães em Mactan, Carvalho foi eleito capitão mas rapidamente deposto, nunca regressando à Europa, morrendo em Tidore, nas Molucas, a 14 de Fevereiro de 1522.

18 Riquer, p. 36.

19 Riquer, p. 43.

20 Neves Águas, pp. 180-181.

21 Trata-se de uma unidade de peso muito utilizada no comércio asiático e adoptada também pela circulação mercantil portuguesa oriental. O *bar* ou *bahar* variava largamente em função dos espaços regionais e das mercadorias, descobrindo-se alguma formalização no sistema oficial de pesagem de especiarias dos principais enclaves coloniais portugueses quinhentistas do chamado "Estado da Índia", concretizando um valor de cerca de quatro quintais e quatro arrobas.

22 Refere-se à produção têxtil do Gujarate, no Noroeste da Índia, tecidos também conhecidos por panos de Cambaia que eram especialmente procurados nos meios sociais mais elevados do mundo europeu.

23 Moeda de prata veneziana titulada como o nome do *doge* quatrocentista Nicollò Marcello.

24 Riquer, p. 24.